

# Relações simbólicas no chão de fábrica: da subjugação à reapropriação operária do espaço e da sua subjetividade<sup>1</sup>

(Resultado de investigação finalizada)

GT 26: Sociologia do corpo e das emoções

Cristiane A. Fernandes da Silva

## Resumo

Gerir o trabalho é uma atividade não restrita à produção, concerne também ao ambiente físico-relacional e à dimensão subjetiva do trabalhador. Este *paper* apresenta resultados de pesquisa de campo de cunho qualitativo realizada junto à operários da região metropolitana de São Paulo. Está dividido em quatro diádes temáticas: 1) “autonomia operária” e controle fabril, 2) sociabilidade operária e “economia simbólica”, 3) o medo no corpo e no imaginário operário e 4) apropriação simbólica do espaço fabril e imagem de si. De modo geral, os operários apropriam-se, simbolicamente, dos objetos e espaços de trabalho para configurá-los com a imagem de si mesmos, corroborando com o seu bem-estar e controlando relativamente o meio e a sua subjetividade.

**Palavras-chave:** trabalho – espaço fabril – subjetividade

## Introdução

A atividade operária de gerir o seu trabalho não se circunscreve somente à dimensão da produção e da mercadoria, ela incorpora também outros elementos, tais como os ambientes físico e relacional e a própria subjetividade do trabalhador (R. A. A. Carvalho, 1996, p. 241). É esse veio interpretativo que orienta a análise deste *paper*, indo do visível, o ambiente, ao invisível, a subjetividade, precisamente por serem esferas indivisíveis.

Os resultados apresentados aqui derivam de pesquisa já finalizada e de cunho qualitativo. Os sujeitos de estudo são operários da região metropolitana da cidade de São Paulo, vinculados ao chão de fábrica de empresas de pequeno, médio ou grande porte<sup>2</sup> do ramo industrial metalúrgico, mais especificamente dos setores de: estamparia, pintura, ferramentaria, usinagem e montagem final. Esses operários dispõem de qualificações, ocupações, sexo, faixa etária, estado civil e tempo de serviço diversificados; uma estratégia metodológica empregada para favorecer maior pluralidade nos relatos de suas experiências.

---

<sup>1</sup> - A apresentação deste *paper* no XXIX Congreso ALAS CHILE 2013 tem o apoio financeiro da FAPEMIG na modalidade Participação em Congressos. O seu conteúdo é uma versão condensada extraída do terceiro capítulo da tese de doutorado da autora, intitulada “A gestão de si na reinvenção das normas: práticas e subjetividade no trabalho”, defendida no departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, em 2007, com o financiamento intercalado do CNPq e da CAPES.

<sup>2</sup> - O porte das cinco fábricas estudadas é medido conforme o número de funcionários que compõem os seus quadros: a) pequeno: 30 e 100; b) médio: 2.000; e c) grande: 10.000 e 14.000. Em razão de se objetivar estabelecer um parâmetro entre essas empresas pesquisadas, que formam três grupos numericamente bastante distantes, este estudo diverge da classificação do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) que fixa os três portes em: de 20 a 99, 100 a 499 e acima de 499 funcionários.

As entrevistas tiveram teor semi-diretivo, dirigidas tanto para os objetivos da pesquisa quanto para as histórias de vida de cada operário. A localização dos informantes foi propiciada pelo método “rede social”<sup>3</sup> cuja montagem se apóia, fundamentalmente, em indicações de conhecidos. Embora o montante de entrevistas tenha sido vinte e uma, este número não foi estabelecido *a priori*, pois se recorreu ao recurso da saturação das informações acessadas em campo.

Os temas apresentados neste *paper* giram entorno de quatro eixos, a saber: 1) contradição entre “autonomia operária” e controle fabril, 2) sociabilidade operária e constituição da “economia simbólica”, 3) o medo anunciado no corpo e no imaginário operário e 4) apropriação simbólica do espaço fabril e imagem de si.

Trazer à baila o ambiente do chão de fábrica, tanto o físico propriamente dito quanto as relações fomentadas entre os próprios trabalhadores e destes com os seus chefes, permite desenhar imgeticamente e dar vida para o cenário sobre o qual serão apresentadas as dimensões subjetivas dos operários relativas as suas representações, seja no medo ou na apropriação do espaço e de si mesmos.

Dessa forma, o núcleo deste *paper* consiste precisamente em examinar as relações entre as pessoas e as suas interações com o espaço fabril de modo geral, trata-se, portanto, de relacionar as experiências de *labor* dos operários no meio físico e relacional para poder refletir acerca de suas representações corporais, culturais e simbólicas.

## 1 O sofisma da participação operária e o controle fabril

Dentro da cadeia hierárquica fabril, a figura de alto escalão à qual os operários estão oficialmente “subordinados” e a que têm acesso direto e mais constante é o chefe do setor, pois o supervisor e o gerente estabelecem pouco contato com o chão de fábrica.

A relação dos operários com os chefes revela-se diversa da antiga imagem do algoz, contratado para vigiar e punir os operários. Sua postura dentro da fábrica ganhou uma conotação mais amena.

Essa mudança pode ser apontada por algumas razões. A primeira delas talvez se encontre na ideia do panóptico, discutida por Foucault (1979), em que a disciplina foi introjetada a tal ponto no próprio corpo dos operários que eles mesmos se policiam entre si. Quiçá, então, uma segunda razão resida na instabilidade atual presente no mercado de trabalho, levando aqueles que o compõem a prezarem o seu posto como forma de tentar garantir sua continuidade nele. Uma terceira razão, apontada por alguns operários, reside na alta qualificação da mão-de-obra, especialmente das grandes montadoras, o que leva os chefes a serem, em tese, mais cordiais no trato aos operários.

Somente um substantivo é empregado pelos operários para definir chefe: “o chefe é a linha”. Isso quer dizer que o seu papel se restringe basicamente a garantir a produção. Por assumirem-se rigidamente como sinônimos da linha, por vezes, os chefes também conferem tratamento abjeto aos trabalhadores dado o apreço pelos resultados da produção e a postura de indiferença às pessoas dos operários.

Conforme os operários, o seu contato com os chefes denota a comunicabilidade meramente formal, pois, frequentemente, se revela desinteressada pela efetiva interação com o trabalhador. Trata-se de uma comunicação esvaziada *de per si*, colocando-se simplesmente como um meio para estabelecer certa proximidade com o operário, todavia, visando outro fim, qual seja a produção.

Um dos motivos da aproximação dos chefes, assinaladas pelos operários, concerne em legitimar a ideia de “trabalhador colaborador”. Eles aproximar-se-iam, então, dos trabalhadores para fazê-los crer que não são somente força de trabalho, mas também “colaboradores” da fábrica.

---

<sup>3</sup> - Uma das precursoras do método “rede social”, na Inglaterra, foi a antropóloga Both (1976).

Essa ideia de colaboracionismo faz parte do processo de reestruturação produtiva, dentre cujas características estão as estratégias refinadas de pseudo-afrouxamento da hierarquia e de suposto tratamento amigável (Hérard, 2002, p. 235-237).

Com a introdução do trabalho em grupo nas fábricas estudadas, os operários passaram a atuar, supostamente, como “colaboradores” e, especificamente, a distribuição das tarefas e alocações de dias de trabalho e repouso entre os integrantes ficou a cargo do próprio grupo. Assim, o operário adquiriu incumbência de “participar da gestão”, ou melhor, da manutenção da produtividade.

Não obstante, os operários tecem críticas ácidas à ideia de sua “participação” no trabalho em grupo, considerando-a mera transferência de responsabilidade da chefia aos operários para aliviar seu próprio trabalho. Adicionalmente, é criada uma situação delicada na relação entre os trabalhadores, que são premidos a vigiarem-se reciprocamente para poder garantir o funcionamento do trabalho em equipe, alimentando, portanto, situações de disputas e perseguições entre colegas e, conseqüentemente, aliviando a carga de conflito potencial na relação com os chefes.

Permeada à noção de “participação” na gestão do trabalho em equipe, encontra-se também a faculdade da “autonomia”, ambas bandeiras da reestruturação produtiva. Fazendo auto-reflexão, os operários endereçam igualmente críticas à dita “autonomia” fabril, ao julgá-la pró-forma e questionável dada a maneira como é concedida aos operários. Inclusive, alguns deles a re-substantivam de “semi-autonomia”, por ser parcial, permitida apenas em certos aspectos, especialmente, aqueles ligados à gestão do trabalho, onde a interferência operária converge com os objetivos fabris, que inexoravelmente carecem de sua participação.

Delineia-se aí a configuração de desencontros entre as considerações fabril e operária a respeito do espaço de “autonomia normativa” facultado ao trabalhador, o que acarreta conflitos em sua dimensão subjetiva. Em termos de psiquismo humano, a constituição das normas pelos indivíduos significa: “a reivindicação e o uso da liberdade como poder de revisão e de instituição” das mesmas, todavia o não alcance dessa reivindicação pode levar à loucura (Canguilhem, 2003, p. 217). Certamente essa possibilidade emerge, mas antes se delineia uma série de subterfúgios desenvolvidos pelos indivíduos para evitar o desequilíbrio. Pode-se dizer que um destes reside na própria crítica que o indivíduo faz à ideia de liberdade conferida pela fábrica, além dos vínculos de sociabilidade estabelecidos para amenizarem eventuais contrariedades.

Se estabelecida uma ponte entre “autonomia” e “liberdade no trabalho”, chega-se à conclusão, perante os testemunhos dos operários, que ambos são termos demasiadamente fortes para refletirem a atividade de operários vinculados a uma organização fabril, cujo papel está calcado fundamentalmente na reprodução.

No que tange ao uso do jeito próprio dos operários trabalharem, eles mesmos consideram não se tratar de “liberdade” propriamente dita, pois estão cerceados, em alguma dimensão, por certos limites e controles imputados pela organização fabril.

Outro caráter aduzido em seus testemunhos a respeito do tratamento recebido dos chefes concerne ao fato de implicar um sofisma em relação à realidade. Recorrendo ao espaço aberto para a dita participação operária nas decisões da fábrica, os chefes tentam incutir-lhes a ideia de que fazem parte de uma “grande família” empresarial e que, portanto, devem zelar por ela como se fosse a sua própria família.

O sentido prático da “participação” operária é de uma pseudodemocracia já que está subordinada à lógica da produção. Se, por razões mercadológicas, a demanda por produção está baixa, a “autonomia” é conferida a todos; em contrapartida, se a demanda está alta, aí a gestão que antes era participativa se transforma em monopólio dos chefes e os trabalhadores são privados de sua participação.

## 2 Sociabilidade operária e “economia simbólica”

Se a relação dos operários com os chefes passa necessariamente pelo crivo da formalidade e da obediência hierárquica, a despeito da tentativa de abrandamento e de “co-participação”, o que costura a relação entre os próprios operários provém do uso comum do mesmo espaço e das mesmas situações.

Compartilhar espaço e experiências leva os operários a desenvolverem grupos de convivência e afinidades, donde a sua relevância para o fomento da sociabilidade operária.

Quando perquiridos a respeito da melhor parte do seu trabalho, prontamente os operários aludem ao convívio e ao fortalecimento de relações estabelecidos com as pessoas que trabalham no mesmo ambiente. Em suas falas reiteram a relevância dos laços de amizade constituídos no chão de fábrica como fatores que propiciam um clima de entretenimento por meio de conversas e brincadeiras. Relações dessa ordem, voltadas para a humanização da convivência, permitem aquebrantar, ainda que ligeiramente, a rotina e o cansaço operados entre trabalhador e máquinas.

As relações na fábrica não são redutíveis à troca mercantil ou contrato de venda, mas revelam intercâmbios sociais que ultrapassam largamente a lógica econômica e, portanto, representam, notadamente uma economia simbólica (Canguilhem, 2003, p. 8-9).

Os operários mencionam claramente a importância das amizades como recurso inteligente, utilizado por eles, para amenizar seu sofrimento na jornada de trabalho e torná-la menos longa.

A convivência construída entre os operários proporciona o cultivo de amizades, seja forjando técnicas e inventos para assegurar a produção, seja atenuando a tensão e a fadiga que contagiam largamente o ambiente fabril. Essa configuração é possível por uma razão básica: embora contratado para apertar parafusos, o operário não se contenta e não suporta restringir-se a esse papel limitador; logo, dada a sua atitude ser fundada inclusive na capacidade criativa, inventa técnicas para cumprir seu dia com menos sofrimento.

Uma prática frequente nas fábricas é o rodízio de tarefas, por sua vez favorecido pela formação de grupos de afinidades em que os integrantes se compreendam, se aceitem e estabeleçam acordos sobre as trocas de atividades.

Compartilhar das mesmas atividades, distribuídas alternadamente, sobretudo aquelas malquistas por todo o grupo, fortalece os laços que unem os operários, dado o menor tempo de exposição de cada um às tarefas mais penosas. Consequentemente, ter de exercer trabalhos que violentam o corpo do operário torna-se menos sofrível à medida que podem se consolar na espera do momento seguinte.

A prática sistemática do rodízio de tarefas é exercida pelos operários tanto como um recurso para resolver o problema do absentismo quanto para amenizar e, por vezes, para evitar serem acometidos por doenças do trabalho, notadamente aquelas desencadeadas por movimentos repetitivos.

Todavia, ainda assim, delineiam-se, no chão de fábrica, situações desfavoráveis para os operários, que prejudicam sua saúde e insultam sua dignidade. A manipulação, proveniente dos controladores de velocidade da esteira é circunstância que chama a atenção a esse respeito.

Diante do conluio na manipulação do relógio da linha de montagem, que intensifica em demasia a cadência do trabalho e causa sobrecarga aos operários, despojando-os do controle do seu tempo, anuncia-se apenas uma saída: sua ação conjunta.

Assim, unem-se os operários, seja por afinidades de amizade ou simplesmente para, juntos, somarem força e tentarem sanar adversidades que os atingem igualmente. Para que a reclamação dos seus direitos alcance horizontes é preciso que eles não ajam isoladamente, donde aflora a relevância política dos laços de sociabilidade mantidos entre os operários.

### 3 Marcas do medo nos corpos e imaginários dos operários

No espaço fabril emergem perigos que assolam e fragilizam a subjetividade dos operários, atingindo diretamente seus cotidianos e deixando marcas em seus corpos e imaginários. A fábrica é constituída por ambiente repleto de instrumentos e equipamentos suscetíveis a usos desatentos ou a falhas de funcionamento, cujas conseqüências podem levar à mutilação e, no limite, a pôr termo a vidas. Esse cenário preenhe de perigos assombra os operários, que contam histórias de desventuras ocorridas com seus colegas de trabalho.

Como alega o ergônomo Cru, é fato que os trabalhadores se defendem do medo desenvolvendo procedimentos específicos contra perigos que se anunciam: “Esses procedimentos espontâneos [porém muito elaborados] de luta contra os acidentes e [...] contra o sofrimento [...] são em parte inconscientes, provindos do saber-fazer coletivo, da arte da profissão, das tradições, da moral” (s/d, p. 2). Todavia, apesar do esforço e astúcia dos trabalhadores na evitação de acidentes, eles sempre vêm à tona.

A falta de preparo de alguns operários em manipular as peças com as quais trabalham, o desconhecimento de seus limites e dos perigos que apresentam para o seu corpo acabam favorecendo o desencadeamento de acidentes. Todavia, é importante assinalar que muitos acidentes ocorridos nas fábricas resultam do treinamento inadequado oferecido pela fábrica ou até mesmo da falta de treinamento.

Treinados ou não adequadamente, o fato é que os operários têm de cumprir sua função; todavia, em si, esse cumprimento deixa-os vulneráveis a diversas situações cuja periculosidade leva a resultados ora menos graves e ora devastadores.

Há situações em o que os próprios operários são levados a desenvolver intervenções e invenções sobre as normas de segurança que os expõem a riscos constantes. No meio fabril é recorrente os operários lamentarem que o uso de luvas grossas tiram a sensibilidade dos seus dedos, no caso citado especialmente para os ponteadores<sup>4</sup> soldarem peças pequenas. Alguns operários narraram que embora usassem luvas, elas não os protegiam adequadamente por serem feitas de material impróprio para o equipamento que operavam. Relataram um caso em que essa inadequação resultou em grave acidente provocado por uma broca que, em movimento rotatório, decepou um dedo da mão direita de um jovem operário. Um trabalhador jovem mutilado por displicência e inoperância da fábrica que deveria cumprir sua obrigação de zelar pela saúde e vida dos seus operários.

Mortes por eletrocutamento e esmagamento da cabeça e da metade do corpo são os casos mais graves relatados. A imagem pavorosa de acidentes desse gênero provoca um turbilhão desmedido de mal-estar na subjetividade de quem ouve o relato e, notadamente, na dos operários, tanto dos que viram o que sucedeu quanto dos que ouviram e ouvirão a narração dessas histórias, feito ameaça que os cerca e os chama para a morte.

Outro tipo de morte narrada e ocorrida no ambiente fabril foi a de enfarte no miocárdio. Tratou-se especificamente de um caso de absoluta frieza por parte da fábrica. Dias antes de sua morte, a vítima, há 35 anos na empresa, havia reclamado ao chefe para que o trocasse de posto de trabalho, pois estava sendo submetido à intensa excitação nervosa. Seu pedido foi simplesmente desdenhado, e ele teve de continuar a trabalhar sob pressão excessiva. O resultado foi a sua morte; uma morte solitária, ninguém viu o fato acontecer para poder prestar-lhe o socorro devido.

O corpo desse operário foi encontrado algum tempo depois e apenas quando sentiram falta da sua produção, portanto não era alguém que morria, mas o lucro da fábrica que fora interrompido. Para contornar a situação e persuadir os outros operários a continuarem a trabalhar, os chefes disseram que o operário foi levado ainda com vida para o hospital, versão negada por eles. Certamente, essa falsa

---

<sup>4</sup> - Ponteadores são operários que aplicam pontos de solda.

justificativa dos chefes visou isentar a fábrica de onerar seus cofres assumindo a culpa pela morte no trabalho, trata-se claramente da tendência ao ocultamento dos acidentes de trabalho por estes provocarem processo criminal<sup>5</sup>.

A fábrica se eximiu até mesmo do dever moral de comunicar formalmente o acontecido à família da vítima, delegando essa tarefa para um terceiro operário. Ademais, sequer um minuto de silêncio foi decretado pelo chefe do setor. Portanto, não bastasse a tragédia do desfecho desse caso, o moribundo ainda foi submetido à tratamento humilhante. Tratamento que tanto acovarda a fábrica quanto evidencia a sua imagem diante do futuro dos demais operários.

Pode-se justificar a impassibilidade da fábrica perante acidentes de trabalho por sua visão de descartabilidade<sup>6</sup> do operário; este não é contratado na condição de pessoa, mas de força de trabalho, equivalente a qualquer outra, porque substituível.

As constantes narrações dessas histórias de acidentes e mortes, ocasionadas por perigos contíguos, que rondam o chão de fábrica, parece servir de referência aos operários, para mostrar-lhes os caminhos que não devem trilhar, ou seja: ter a cautela e, se possível, a sorte que careceu ao outro.

Na convivência operária, as histórias de perigo e morte colocam-se como uma espécie de “ritual de evitação”. Dispor em seus imaginários das experiências trágicas e lúgubres do outro a fim de criar atalhos para prosseguir com sanidade dentro desse ambiente que assombra, eis uma importante função social dessas histórias.

#### **4 Apropriação simbólica do espaço fabril e imagem de si**

Uma das fontes da aflição constante desencadeada pelo meio fabril advém da situação de clausura à qual os operários são submetidos, avultando neles a claustrofobia. Esse sentimento é provocado pela redução do espaço dos operários a poucos metros quadrados, dentro dos quais são obrigados a permanecer durante a longa jornada de trabalho, que se repete cotidianamente.

Grande parcela da angústia dos operários advém também da promessa da continuidade de sua clausura nos dias vindouros e de sua cadente repetição indefinidamente no tempo. Labutar com essa certeza leva os operários a recorrerem a artifícios que aliviem tais sentimentos capazes de levá-los à insanidade.

A profundidade com que a subjetividade do operário é atingida pelo espaço físico fabril mostra que ele não é de forma alguma um meio isotrópico/neutro, não se trata simplesmente de um ponto no mapa. O indivíduo concebe o espaço geográfico, arquitetônico e objetual em intersecção com o seu próprio espaço pessoal.

As muralhas da fábrica, à feição de prisão que impede o olhar do operário de lançar-se para o horizonte distante, de perder-se nos pensamentos pelas imagens vistas, de distanciar-se da realidade laboral que o oprime, alimenta nele sentimentos de angústia e de fobia pela clausura fabril.

Por vezes, a clausura é ligeiramente quebrada por atividades secundárias, como limpeza, pintura, separação de material, organização de objetos. Em geral, eles são encarregados desse gênero de trabalho, desvinculado daquele para o qual foram oficialmente contratados, em ocasiões esporádicas, como na quebra da linha de produção, ou seja, quando ocorre a interrupção circunstancial e relativamente demorada do funcionamento da produção.

Mesmo se tratando de atividades atribuídas pela fábrica, os operários fazem certo uso desse espaço voltado para a limpeza e a organização, de forma a aproximar o ambiente da fábrica ao de sua própria casa. Eliminando elementos como a poeira e a presença de objetos inúteis, é criada uma

---

<sup>5</sup> - Cf. M. C. R. G. Carvalho (1989, p. 137-138), que analisa o ocultamento dos acidentes de trabalho por parte das empresas.

<sup>6</sup> - Sobre valores mercantis e experiência de operário descartado, ver Rosa, 2004, p. 232.

ambiência relativamente familiar e aconchegante. Assim, a fábrica ganha ares análogos aos pertencentes ao seu espaço privado, tornando-se, em certa medida, extensão de sua casa, um abrigo distante de perigo significativo, onde vige a proteção.

A atmosfera fabril está sempre presente nas vidas privadas dos operários, mesmo em momentos nos quais suas atividades sensitivas e motoras se encontram suspensas, como no sono e nos sonhos. Sonhar durante uma semana inteira de férias com peças da fábrica passando diante dos olhos dos operários pode ser enunciada como denúncia do mal-estar provocado pela cadência do trabalho. Para Martins (1996) o sonho é um modo de manifestação da “consciência da alienação, porém legítimo e denunciador: por meio dele, a alienação aparece como mal-estar, o mal-estar da vida cotidiana e do mundo moderno” (p. 42).

A respeito da organização espacial, a gestão formal da fábrica persegue a lógica da estética pura e simples. Particularmente sobre o *layout* referente à disposição das peças na fábrica, os operários denunciam a atitude da logística por se voltar mais para a dimensão da beleza do que para a funcionalidade, dificultando o acesso e o manuseio de peças pelos operários.

Já o arranjo das peças realizado pelos operários segue o ponto de vista da praticidade, sua disposição visa facilitar o manuseio; portanto, não vige de forma alguma o valor estético, pois o que realmente conta é propiciar um ambiente no qual os deslocamentos poupem tempo e energia. Destarte, nesse caso eles seguem a lógica da prática-funcional.

Entretanto, a dimensão estética do ambiente também se faz presente na organização informal praticada pelos operários em sua relação com o meio fabril, diferindo basicamente em um aspecto: os objetos tributários de valores estéticos são os descartáveis, candidatos a ocuparem entulhos e não os objetos produtivos, como as peças e ferramentas. Muitos operários reaproveitam materiais advindos de embalagens descartáveis e se reapropriam do espaço por meio da decoração e da coloração do ambiente fabril, tornando-o mais agradável e cativante para si.

Por vezes, o arranjo dos operários exhibe uma simples embalagem amarela para qualquer passante, mas não para eles. Não é somente uma cor, é um amarelo que chama. Um desses objetos era uma proteção de plástico para câmbio de caminhão que se assemelhava a uma luva, todavia, para os operários era mais do que isso, tratava-se de um objeto re-significado. Um objeto capaz de, não pelas propriedades aparentes que encerra, mas pelos sentimentos capazes de instigar no operário, atingir suas entranhas, seus recantos mais íntimos. Esse objeto-símbolo propicia ao operário um lugar de repouso, para o olhar e para os pensamentos. Nele é possível refugiar-se dos frios sentimentos aliados à cor do aço encardido dominante no espaço fabril e apaziguar-se na serenidade que conseguem produzir em seu interior, quando fita a representação desse objeto.

Abate-se sobre o operário a necessidade subjetiva de desligar-se dos sentimentos que o espaço formal fabril lhe provoca, situação que se intensifica com mais vigor nos casos, não raros, de falta de identidade do operário com a ocupação exercida e com a área na qual atua.

Desligar-se do fator mecânico e do aço forjado e embrenhar-se pelos pensamentos no processo de trabalho, esquecendo a partícula diminuta que lhe cabe, persuadindo-se a ver em seus atos repetitivos e ínfimos, diante do gigantismo da fábrica, a beleza que, timidamente, teima em se esconder – eis uma demonstração da capacidade imaginativa do trabalhador, certamente uma forma de auto-defesa para manter a sua sanidade e continuar trabalhando.

O operário conhece muitos detalhes do ambiente fabril, todavia referidos à espaços esgarçados, não lhe permitindo ligar os fragmentos a um todo. Desconhecendo seu meio mais amplo, alguns indagam onde estão e quem são. Para romper com esse desencontro existencial, alguns manifestam o desejo de conhecer os operários dos outros setores e saber o que cada um faz, tomar conhecimento do seu espaço de trabalho total, o que poderia lhes proporcionar certo controle, ainda que simbólico, acerca de certas ordens que lhe são simplesmente impostas.

Nesse sentido, se deslinda a identidade operária, distante dos elementos que a afirmam, constitui-se pela ausência e pela negação. O operário reprovando o que é no que faz, cria imageticamente uma identidade naquilo que não pode ser diretamente, mas que somando atividade por atividade, desenvolvida por todos os outros operários, resulta na beleza de um processo que tem sentido por ver objetos produzidos por inteiro.

Por outro lado, a identidade operária na fábrica também se configura pela afirmação. Durante sua jornada de trabalho, esses operários conquistam espaços em que podem praticar ações cujos valores são fortemente arraigados em sua cultura. A situação mais ilustrativa a esse respeito advém da transformação da fábrica nos dias em que o Brasil joga nas copas mundiais de futebol<sup>7</sup>. Nessas horas em que parcela significativa do país se volta unicamente para o fenômeno do futebol, a fábrica literalmente para, deixa de ser uma organização produtiva e passa a representar um estádio que abriga ávidos torcedores.

Desse modo, o ambiente de trabalho, que é o espaço do outro, é “re-normalizado” na medida em que é apropriado, de forma alternativa, pelos que o ocupam e fazem dele um uso diferenciado daquele que lhe foi atribuído: em vez de espaço de produção de objetos vendáveis passa a comportar cenário exclusivo para a prática de valores culturais.

Certamente não se pode perder de vista que essa concessão feita pela fábrica comporta interesse econômico; ela sabe que se os trabalhadores fossem impedidos de assistir ao jogo, a produção cairia e os riscos de acidentes aumentariam, uma vez que trabalhariam terminantemente desconcentrados e insatisfeitos. Assim, concedendo-lhes esse tempo, a fábrica assegura resultados melhores depois do jogo, inclusive podendo acelerar a velocidade da linha e intensificar o trabalho dos operários.

Entretanto, por razões econômicas ou não, o fato é que nessas circunstâncias, embora momentaneamente, a fábrica ganha uma nova roupagem, aquela escolhida pelos valores dos seus integrantes e não do seu dono. Nestes termos, pode-se aludir que dentro da fábrica o futebol, por vezes, coloca-se como uma das razões simbólico-culturais que impedem o domínio do lugar sobre a constituição da imagem de si dos operários.

## **Considerações Finais**

Diante dos desencontros do operário no ambiente fabril, desde as divergências relativas às concepções de “autonomia, liberdade e participação”, difundidas no discurso da reestruturação produtiva, passando pelo medo das constantes ameaças de acidentes de trabalho e desembocando nos sentimentos de aprisionamento, os operários ainda assim conseguem insurgir-se como demiurgos do seu microespaço, rearranjando-o o mais próximo possível de suas acepções de funcionalidade, estética e valores culturais e subjetivos.

Trata-se de uma espécie de micro-resistência, que se não alça consequências políticas imediatas e reconhecidas estruturalmente na sociedade, ao menos mostra, microscopicamente, as ações do ser humano no ambiente de trabalho, um ser que recusa se prostrar passivamente diante das pressões do meio.

Os operários apropriam-se simbolicamente dos espaços de trabalho para torná-los mais condizentes com a imagem de si mesmos. Nem sempre o fazem para facilitar diretamente a rentabilidade produtiva, mas para tentar impedir que o meio os subjuguem e os torne anônimos, zelando, assim, minimamente pelo seu bem-estar e suprimindo a necessidade humana de controle do meio.

Reapropriando-se do espaço de trabalho, os operários não visam ser proprietários jurídicos dos seus objetos materiais, todavia tentam mediante aquele ato, controlá-los impedindo que eles os

---

<sup>7</sup> - A importância do futebol na cultura brasileira pode ser conferida em Caldas (1986).



dominem de modo absoluto. Trata-se de um “contra-poder” sobre o meio exercido por sujeitos que, mediante suas ações, se esforçam para apropriarem-se dos sentidos dos objetos.

Compartilha-se aqui da perspectiva de Bernoux (1981), que sustenta o ato de apropriar como uma reação à dominação e não restrita ao intuito de possuir objetos: “Possuir também é entrar em relação com o Outro” (p. 219). Porém, o reencontro com o outro faz-se por intermédio de objetos entorno dos quais os indivíduos constroem sua identidade e com a qual são reconhecidos pelos outros. Logo, esse gênero de apropriação implica a defesa de si ou, como coloca o autor, a “defesa da pessoa” (idem, p. 217-219).

Portanto, os relatos dos operários revelaram que no ambiente fabril há sempre um recanto, mesmo pequeno, onde se encontram traços e fragmentos de sua identidade: a disposição das ferramentas, a limpeza, uma mensagem, uma figura, uma flor; elementos que também precisam ser levados em consideração para se compreender as situações de conflito e medo presentes na fábrica.

## **Bibliografia**

- ATHAYDE, M. & BRITO, J. (2003) Trabalho, educação e saúde: o ponto de vista enigmático da atividade. *Revista Educação, Saúde e Trabalho*. 1(2), 63-89.
- AUGUSTO, M. H. O. (2002) Tempo, indivíduo e vida social. *Ciência e Cultura: temas e tendências. Tempo*. Ano 54, n. 2, out.-dez., 30-33.
- BERNARD, D. (1983) Rapports de production, individualité et subjectivité. *Société française*. n. 7, maio/julho, 30-34.
- BERNOUX, P. (1981) *Un travail à soi*. Toulouse: Editions Privat.
- BERTOCCHI, J-L. (1991) Du corps au travail, des dramatiques en jeu. *La Pensé*. 312, out.-dez., Paris, 51-62.
- BOTH, E. (1976) *Família e rede social: papéis, normas e relacionamentos externos em famílias urbanas comuns*. (trad. Mário Guerreiro). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- CALDAS, W. (1986) O futebol no país do futebol. *Lua nova: cultura e política*. São Paulo, 3(2), out./dez., 24-30.
- CANGUILHEM, G. (2003) *La connaissance de la vie*. Paris: Vrin.
- CARVALHO, M. do C. R. G. de. (1989) *Trabalho e a sombra: investigação de aspectos perspectivos e simbólicos do trabalho com máquinas na linha de montagem*. Tese (Doutorado em Psicologia), São Paulo: USP.
- CARVALHO, R. A. A. de. (1996) *Les nouvelles technologies de gestion et la mobilisation de la subjectivité dans une industrie automobile au Brésil*. Tese (Doutorado em Sociologia). Université de Paris VII – Denis Diderot.
- CASTEJON, C. & JEAN, R. (1998) Travail et encadrement: quel usage de soi pour quel usage des autres? *Performance Humaines & Techniques*. n. fora de série, set., 28-31.

- CHAUÍ, M. (1997) Comentários. *Revista Subjetividades Contemporâneas*. São Paulo: Sedes Sapientiae, ano 1, 1, 18-25.
- CROZIER, M. & FRIEDBERG, E. (1977) L'acteur et sa stratégie In: \_\_\_\_\_. *L'acteur et le système*. Paris: Seuil (pp. 35-54).
- CRU, D. (s/d) *Langue de métier et organisation du travail* (manuscrito não publicado).
- DANIELLOU, F.; DURAFFOURG, J. & GUÉRIN, F. (1982) Automatiser: quelle place pour le travail humain? *Le nouvelle Automatismes*. set., 47-53.
- DEJOURS, C. (2004) Inteligência prática e sabedoria prática: duas dimensões desconhecidas do trabalho In: LANCMAN, Selma & SZNELWAR, Laerte I. (org.s). *Christophe Dejours - da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; Brasília: Paralelo 15 (pp. 277-299).
- FISCHER, G-N. (1980) *Espace industriel et liberté – L'autogestion clandestine*. Paris: PUF.
- FOUCAULT, M. (1994) L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté In: \_\_\_\_\_. *Dits et écrits*. (org. Daniel Defert & François Ewald). Paris: Gallimard, vol. IV (pp. 708-729).
- FOUCAULT, M. (1979) *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, M. (1999) *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- GIRIN, J. & GROSJEAN, M. (org.). (1996) *La transgression des règles au travail*. Paris/Montréal: L'Harmattan.
- JEANTET, A. (2002) L'émotion prescrit au travail. *Travailler*. 9, 99-112.
- LOJKINE, J. (1996) *Le tabou de la gestion*. Paris: Atelier.
- MARTINS, J. de S. (org.). (1996) *(Des)figurações – a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole*. São Paulo: Hucitec.
- MAUSS, M. (1974) As técnicas corporais In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU e EDUSP.
- MOREIRA, E. M. *Trabalho, tempo, espaço e subjetividade*. Disponível em: <[www.geocities.com/CollegePark/Library/8429/15-moreira.htm](http://www.geocities.com/CollegePark/Library/8429/15-moreira.htm)> Acesso em: 05 fev. 2001.
- ODDONE, I.; RE, A. et BRIANTE, G. (1981) *Redécouvrir l'expérience ouvrière*. Vers une autre psychologie du travail? Paris: Messidor/Editions Sociales.
- REYNAUD, J-D. (1999) *Le conflit, la négociation et la règle*. 2 ed. Toulouse: Octarès.
- ROSA, M. I. (2004) *Usos de si e testemunhos de trabalhadores. Com estudo crítico da sociologia industrial e da reestruturação produtiva*. São Paulo: Letras e Letras.

- SATO, L. (2002) Prevenção de agravos à saúde do trabalhador: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro. 18(5), set-out., 1147-1166.
- SCHWARTZ, Y. (1996) Trabalho e valor. (trad. Maria das Graças de S. do Nascimento). *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, 8(2), out., 147-158.
- SILVA, C. A. F. da. (2007) *A gestão de si na reinvenção das normas: práticas e subjetividade no trabalho*. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- THIOLLENT, M. (1982) *Crítica metodológica, investigação social e enquête operária*. 3. ed. São Paulo: Polis.
- WISNER, A. (1994) *A inteligência no trabalho. Textos selecionados de ergonomia*. São Paulo: FUNDACENTRO.
- ZARIFIAN, P. (1995) *Le travail et l'événement. Essai sociologique sur le travail industriel à l'époque actuelle*. Paris: Harmathan.